

HISTÓRIA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO BRASIL

Fundamentos Históricos, Sociais e Econômicos da Construção de Brasília

35(81)(091)

VICENTE FERRER CORREIA LIMA

e

TOMÁS DE VILANOVA MONTEIRO LOPES

A transferência da capital do país para o interior vem ocupando as atenções dos nossos líderes políticos desde 1789. Ainda não haviam decorrido trezentos anos da data do descobrimento já os inconfidentes mineiros e reivindicavam, como parte de seu programa de redenção econômica, política e social do Brasil.

Naqueles tempos tão recuados, a exemplo do que acontece em nossos dias, não eram apenas os brasileiros mais devotados ao bem-estar da Pátria que reconheciam a necessidade de levar-se a sede do Governo central para o interior. Também estrangeiros ilustres como WILLIAM PITT comungavam do mesmo pensamento.

E' interessante observar que a idéia da transferência da capital tem adquirido maior vigor nos períodos em que a nacionalidade se vê ante a contingência de fortalecer-se para consolidar sua autonomia ou de preparar-se para enfrentar as dificuldades oriundas de sua evolução econômico-social. Por isso mesmo ela se impôs, com especial entusiasmo, na fase de preparação de nossa independência, ou seja, no período compreendido entre 1789 e 1822.

Nessa fase decisiva para os destinos da nacionalidade tivemos, além do apostolado dos inconfidentes mineiros, as manifestações do Chanceler VELOSO DE OLIVEIRA, o qual, em documento datado de 1810, dizia ao Príncipe Regente:

“É preciso que a Côrte se não fixe em algum pôrto marítimo, principalmente se êle fôr grande e em boas condições para o comércio. A capital deve fixar-se em lugar são, ameno, aprazível e isento do confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas”.

Essa mesma tese era defendida, no “Correio Brasiliense”, em 1813 por HIPÓLITO JOSÉ DE MENDONÇA que foi, ao seu tempo, um dos mais ardorosos e esclarecidos paladinos das grandes causas nacionais.

No côro de vozes que, então, preconizavam como um imperativo de progresso, o afastamento da sede do govêrno para o centro geográfico do País, nenhuma talvez fôsse mais autorizada do que a de JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE E SILVA, figura que a Nação inteira venera. O Patriarca da Independência sugeria, em 1821, que se levantasse "uma cidade central no interior do Brasil, para assento da Côrte de Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus..."

Quando, três anos mais tarde, em 1824, os representantes que o Brasil enviara às Côrtes de Lisboa se reuniram para propor os aditamentos através dos quais a Constituição do Reino seria adaptada às condições peculiares do nosso país, da mudança da capital surgiu como uma das reivindicações mais importantes. A sugestão apresentada perante as Côrtes de Lisboa visava à localização da nova capital entre as nascentes do Paraguai e do Amazonas. Foi por essa ocasião que surgiu o nome de Brasília.

Proclamada a independência, durante algum tempo subsistiram dúvidas quanto à organização política do Brasil e a posição que êle guardaria, em relação a Portugal. Nessa fase difícil de nossa história, em que se digladiavam os partidários de tendências opostas, uns propugnando pela definitiva e total separação dos dois países, outros, mais moderados, lutando por uma forma de transição que permitisse consolidar a obra da independência sem maiores abalos, a idéia da mudança da capital para o interior foi o denominador comum das duas tendências em conflito. Isso prova como eram profundas as raízes que aquela idéia conseguira firmar na opinião pública.

Sob o ponto de vista da mudança da capital para o interior não havia diferença essencial entre os exaltados patriotas da Confederação do Equador, que preconizavam a instituição do regime republicano, e os prudentes conservadores que ainda lutavam pela união do Brasil e Portugal sob a mesma coroa.

À medida, porém, que se foi consolidando a situação oriunda da independência, a idéia da transferência da capital passou, do plano político, para os debates na imprensa e nos círculos de estudos. A essa fase pertence o editorial publicado, em 1825, pelo jornal "O Universal", de Ouro Preto onde vamos encontrar estas palavras que ainda hoje poderiam ser repetidas sem qualquer alteração:

"Uma importante vantagem é atrair para ali (interior) a população, principalmente a estrangeira. As costas do mar e as beiras dos rios são, em todos os países, mais bem povoadas, pelas facilidades de comunicações que oferecem; ali, portanto, se não necessita de incitamento; êste deve dirigir-se ao interior com preferência".

Entre 1839 e 1877, FRANCISCO ADOLFO VARNHAGEM, um dos maiores senão o maior historiador do Brasil, desenvolveu intensa campanha pela imprensa a favor da transferência da capital; a êle se aliou outro eminente brasileiro, o senador HOLANDA CAVALCANTI que em 1825 apresentava à Câmara Alta um projeto de lei, mudando a capital do país para o interior.

Já na segunda metade do século XIX eram evidentes os sinais de que uma profunda transformação social, econômica e política viria a verificar-se no Brasil. Como consequência desse fato, a idéia da mudança da capital recobrou o vigor que sempre teve nas fases culminantes do nosso processo evolutivo. Nesse particular, a queda do Império e a proclamação da República foi assinalada pelo decreto 914-A, de 23 de outubro de 1890, o qual, estabelecendo a Constituição republicana provisória, determinava, expressamente, a mudança da capital.

O princípio prevaleceu na Constituição de 1891 e o Planalto Central, em virtude de emenda apresentada por LAURO MULLER, foi o sítio escolhido para a construção da nova sede do governo da República.

Desde então, como preceito constitucional expresso, a mudança da capital do país passou a ser objeto de atos dispersos, entre os quais avultam a nomeação de comissões de estudos e localização (1892 e 1893), e o decreto 4.494 de janeiro de 1922, que dispunha sobre o lançamento da pedra fundamental da futura capital brasileira como parte integrante das comemorações do centenário da Independência.

Novamente as circunstâncias do nosso desenvolvimento e os fatores por êle gerados com profundos reflexos na estrutura política, social e econômica do país, vieram acentuar o interesse pelo problema da mudança da capital federal.

Poucos anos após o impacto da revolução de 1930, quando o Brasil se defrontava com o problema de se reorganizar politicamente para adaptar suas instituições a uma nova etapa de seu desenvolvimento, a Constituição de 1934 ratificava a decisão de transferir para o Planalto Central a capital brasileira.

O nosso país, que ainda ao fim das três primeiras décadas deste século era uma "nação essencialmente agrícola", empenhou-se com grande energia na conquista de uma posição entre as potências industriais. E de alguns anos a esta parte a velocidade do ritmo de seu desenvolvimento no campo do industrialismo tem sido de tal ordem que se torna quase impossível manter atualizados os registros e as estatísticas de produção. Foi sobretudo no sul e nas proximidades do litoral, onde já havia as indispensáveis condições de progresso, que as indústrias se implantaram e se desenvolveram. Daí resultou certo desequilíbrio na distribuição da renda nacional. Por outro lado, em virtude de uma lei que desde os tempos imemoriais rege a dinâmica das populações, ao longo do eixo em que o industrialismo nascente criou perspectivas de melhor existência, foram-se concentrando grandes massas humanas. A riqueza acumulada no litoral atraía cada vez mais os braços e os recursos com os quais o interior poderia contar para desenvolver-se.

A consequência desse indisciplinado processo de crescimento aí está na progressiva dificuldade de se incorporar à vida econômica do país, como elemento positivo de progresso, uma vasta extensão do nosso território.

Essa situação afeta de maneira especial as estruturas básicas de nossa economia, pois dificulta a ampliação dos mercados internos tão necessários

para absorver a produção dos centros industriais e assegurar-lhe um alicerce estável. Sob certo aspecto ela explica o fato de alguns ramos incipientes da indústria brasileira já pressentirem diante de si o fantasma da superprodução.

Brasília é a mais importante dentre tôdas as medidas de caráter definitivo que poderiam ser tomadas, no sentido de revitalizar economicamente o interior do País e permitir a constituição de um vasto mercado interno, para a crescente produção de nosso parque industrial. Vê-se, por aí, o quanto é urgente a sua construção, já que esta pode ser também considerada como um dos mais rápidos processos de amortecer os fatôres de estrangulamento do surto industrial brasileiro, já hoje ameaçado pela estreiteza do mercado de consumo interno.

Levar o progresso para o interior significa abrir estradas, explorar novas fontes de energia, pesquisar e utilizar recursos naturais até aqui ignorados, enfim, criar novos núcleos de civilização e de atividade econômica, mediante os quais se conseguirá atingir o ideal de fixar o homem à terra, em condições que permitam o país desenvolver-se de maneira equilibrada, sem os contrastes chocantes de um interior cada vez mais despovado e pobre, de um litoral cada vez mais congestionado e rico.

E' de nossos dias a epopéia da colonização do norte do Paraná; e a própria construção de Brasília já está produzindo, em apenas dois anos de trabalho, a formação de vários e florescentes povoados como Terra da Promissão, Alexânia, Cidade Eclética e Brasiliânia, os quais assinalam a presença definitiva do homem numa região em que, até bem pouco, havia apenas solidão e deserto.

Também no ponto de vista dos interesses da política de unidade continental e das implicações que ela encerra sobretudo no terreno econômico, a construção de Brasília é um empreendimento que denota o espírito de clareza dos nossos constituintes de 1891, 1934 e 1946.

Situada no Planalto Central, a sede do Govêrno de nosso país fica, geograficamente, mais perto das nações que com o Brasil compõem o bloco sul-americano e constituem um complexo de interesses que tendem a integrar-se num mercado comum.

Essa maior aproximação geográfica entre a futura capital do Brasil e os territórios das repúblicas sul-americanas de língua espanhola produzirá seus incalculáveis resultados dentro de alguns anos, quando o intercâmbio comercial que hoje se inicia com a exportação de pequena parcela de nossa produção industrial para aquelas repúblicas houver atingido a fase de pleno desenvolvimento que a instituição do mercado comum determinará.

Não são apenas de ordem econômica as razões que aconselham a imediata construção de Brasília. Tão importante quanto as questões de desenvolvimento da economia nacional é a necessidade de ocupação de imensas áreas territoriais, onde a ausência dos instrumentos efetivos de nossa soberania favorece um sem-número de atividades suspeitas as quais, sob o disfar-

ce do turismo ou dos empreendimentos pioneiros, se estão expandindo perigosamente em certas regiões.

Mas há, ainda, um argumento de particular significado: é o que emerge das pesquisas realizadas pelos órgãos especializados da UNESCO em torno do crescimento da população da América Latina. Observados os índices de crescimento demográfico que essas pesquisas indicam para o Brasil, até 1980 deveremos dispor de "espaço vital" para acomodar mais quarenta e sete milhões de habitantes. As melhores áreas de que podemos dispor para solucionar um problema de tal magnitude tem o seu epicentro no planalto Goiano e abrangem uma vasta porção do vale amazônico que é, como se sabe, uma das maiores reservas de recursos naturais do mundo.